

ATA NÚMERO 114/XIII/2.^a SL

Em 18 de abril de 2017, pelas 16.30, reuniu a Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa, na Sala 1 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

16.30H

1. **Audição do Conselho das Finanças Públicas sobre o Programa de Estabilidade;**
2. **Apreciação e votação da ata n.º 110;**
3. **Discussão e votação do relatório sobre a Petição n.º 195/XIII/2.^a – *Solicita alteração ao imposto único de circulação;*
Relator: Carlos Silva (PSD)**
4. **Discussão e votação do requerimento do PCP – “*Documentação do processo judicial entre o Estado Português e o Banco Santander Totta respeitante aos swaps das empresas públicas de transportes*”;**
5. **Designação de relator para o Relatório “*Portugal na UE 2016*”;
Cabe ao GP PS**
6. **Deliberação sobre a realização de parecer sobre a Proposta de Lei n.º 71/XIII/2.^a (GOV) - *Aprova o Regime Jurídico do Registo Central do Beneficiário Efetivo e transpõe o capítulo III da Diretiva (UE) n.º 2015/849;*
Cabe ao GP BE**
7. **Deliberação sobre a realização de parecer sobre a Proposta de Lei n.º 72/XIII/2.^a (GOV) - *Estabelece medidas de combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo, transpondo a Diretiva (UE) n.º 2015/849 e executando o Regulamento (UE) n.º 2015/847;*
Cabe ao GP CDS-PP**
8. **Fixação da redação final relativa ao texto final dos Projetos de Lei n.ºs 396/XIII/2.^a (PS), 404/XIII/2.^a (PCP) e 410/XIII/2.^a (BE)**
9. **Outros assuntos.**

1. Audição do Conselho das Finanças Públicas sobre o Programa de Estabilidade.

O Senhor Vice-Presidente Deputado Paulo Trigo Pereira, que conduziu os trabalhos no início da reunião, deu as boas vindas à Presidente do Conselho de Finanças Públicas e à sua equipa, enquadrando a respetiva audição no Plano de Atividades da Comissão.

Em sede de primeira ronda de intervenções, usaram da palavra os Senhores Deputados Duarte Pacheco (PSD), Paulo Trigo Pereira (PS), Mariana Mortágua (BE), Cecília Meireles (CDS-PP) e Paulo Sá (PCP), tendo a Presidente do Conselho de Finanças Públicas respondido individualmente às questões colocadas.

Na segunda ronda, intervieram os Senhores Deputados Duarte Pacheco (PSD) e Jamila Madeira (PS), tendo a Presidente do Conselho de Finanças Públicas respondido ao conjunto das intervenções.

Não se registando intervenções adicionais, a Senhora Vice-Presidente Deputada Cecília Meireles, que tinha assumido a condução dos trabalhos, deu por concluída a audição.

A audição foi gravada, constituindo a gravação parte integrante desta ata, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento aprofundado nesta sede.

A gravação pode ser consultada na [página internet da audição](#).

2. Apreciação e votação da ata n.º 110;

A ata foi aprovada por unanimidade, com uma correção a efetuar no ponto 7 da mesma.

3. Discussão e votação do relatório sobre a [Petição n.º 195/XIII/2.^a](#) – Solicita alteração ao imposto único de circulação;

Relator: Carlos Silva (PSD)

O Senhor Deputado Carlos Silva apresentou o relatório de que foi autor, sendo o mesmo aprovado por unanimidade.

4. Discussão e votação do requerimento do PCP – “*Documentação do processo judicial entre o Estado Português e o Banco Santander Totta respeitante aos swaps das empresas públicas de transportes*”;

O Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) apresentou o requerimento, sintetizando o seu teor.

A Senhora Vice-Presidente deu nota de que deu entrada um requerimento do PSD sobre matéria conexa, fazendo sentido que se discuta o mesmo concomitantemente ou logo de seguida.

O Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD) notou que esta matéria é importante e envolve pesados recursos públicos, merecendo escrutínio do Parlamento, podendo este ser efetuado através de ambos os

requerimentos (pedido de documentação e, posteriormente, a audição do Ministro das Finanças). Defendeu que este processo deve ser absolutamente transparente e deu o acordo do PSD ao requerimento do PCP.

O Senhor Deputado João Paulo Correia (PS) referiu que o PS acompanha favoravelmente o requerimento do PCP, sustentando que o processo em causa trouxe poupanças para o Estado. Pediu o adiamento da votação do requerimento do PSD para a próxima reunião.

O Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD) notou que este é um direito regimental do PS, Tem dúvidas que este processo tenha trazido poupanças para o Estado e é isso que se pretende apurar.

O Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) declarou não ter nada a opor à realização de audições nesta matéria, tendo sido já efetuada uma audição em 2016, sobre esta matéria, mas entendeu que deverá haver tempo para analisar a documentação antes de realizar a(s) audição(ões).

O requerimento do PCP foi aprovado por unanimidade.

5. Designação de relator para o Relatório “Portugal na UE 2016”;

O Senhor Deputado João Paulo Correia (PS) referiu que o PS indicaria mais tarde o nome do relator.

**6. Deliberação sobre a realização de parecer sobre a [Proposta de Lei n.º 71/XIII/2.ª \(GOV\)](#) -
Aprova o Regime Jurídico do Registo Central do Beneficiário Efetivo e transpõe o capítulo
III da Diretiva (UE) n.º 2015/849;**

Cabe ao GP BE

**7. Deliberação sobre a realização de parecer sobre a [Proposta de Lei n.º 72/XIII/2.ª \(GOV\)](#) -
Estabelece medidas de combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do
terrorismo, transpondo a Diretiva (UE) n.º 2015/849 e executando o Regulamento (UE) n.º
2015/847;**

Cabe ao GP CDS-PP;

A Senhora Vice-Presidente esclareceu que as iniciativas baixaram em competência principal à 1.ª Comissão. O Senhor Deputado João Paulo Correia (PS) estranhou que estas iniciativas tivessem baixado à COFMA apenas por “conexão”, tendo a competência principal ficado com a 1.ª Comissão. Declarou esperar que estas iniciativas fizessem parte do pacote legislativo do Grupo de Trabalho (GT) sobre o combate à criminalidade económica, financeira e fiscal, até porque foram colocadas em pausa algumas iniciativas. Defendeu que deverá ser elaborado parecer e depois verificar de que forma o GT se poderá pronunciar sobre as iniciativas, para não defraudar a expectativa criada na última reunião do GT.

A Senhora Vice-Presidente declarou que se justifica uma conversa entre Presidentes de Comissões e/ou com o Senhor Presidente da Assembleia da República, até porque há um GT com iniciativas legislativas com

objeto semelhante e não faz sentido verificar-se uma dispersão. Propõe que se efetue parecer e falar com a Senhora Presidente para aferir a melhor forma de tratar a questão.

Ficou consensualizado que a Senhora Deputada Mariana Mortágua (BE) realizaria o parecer sobre ambas as iniciativas.

8. Fixação da redação final relativa ao texto final dos Projetos de Lei n.ºs [396/XIII/2.ª \(PS\)](#), [404/XIII/2.ª \(PCP\)](#) e [410/XIII/2.ª \(BE\)](#);

A redação final foi fixada sem votos contra.

9. Outros assuntos.

A Senhora Vice-Presidente fez o ponto da situação da audição da próxima semana, com o Ministro das Finanças, nomeadamente a junção dos dois requerimentos sobre a Caixa Geral de Depósitos (um do PSD e outro do BE), estando em aberto o formato da grelha de tempos.

O Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD) referiu não concordar com a junção de ambos na audição da semana seguinte, dado que há audições já aprovadas há mais tempo, ainda por realizar.

O Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) sugeriu que a audição se iniciasse às 10 horas e não às 10.30, para evitar atrasos no terminar da reunião.

O Senhor Deputado Eurico Brilhante Dias (PS) questionou se já tinha sido efetuado algum contacto com o ex-Ministro Vítor Gaspar, tendo a Senhora Vice-Presidente referido que não tem essa informação.

Não havendo outros assuntos a discutir, a Senhora Vice-Presidente Cecília Meireles encerrou a reunião, às 18:45 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 18 de abril de 2017

A VICE-PRESIDENTE

(Cecília Meireles)



Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa

Reunião de 18 de abril de 2017

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

António Leitão Amaro
Carlos Silva
Cecília Meireles
Cristóvão Crespo
Duarte Pacheco
Eurico Brilhante Dias
Fernando Anastácio
Inês Domingos
Jamila Madeira
João Galamba
João Paulo Correia
João Pinho de Almeida
Mariana Mortágua
Paulo Sá
Paulo Trigo Pereira
Ricardo Leão
Jorge Paulo Oliveira
Ulisses Pereira

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Hortense Martins
Margarida Balseiro Lopes
Paulino Ascensão
Rubina Berardo

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

António Ventura
Teresa Leal Coelho